

Sistematização da experiência do Curso de Saúde MST – RJ

Eixo Temático: Cidadania: Movimentos sociais e a produção de saúde: experiências e desafios

Caracterização do problema:

O Setor de Saúde do MST tem como objetivos: a) organizar um setor que esteja presente nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária nos estados; b) colocar permanentemente em discussão o conceito de saúde para além da prestação de serviços e assistência, numa dimensão ética, política, social, econômica e cultural; c) lutar pela saúde no campo (em seu conceito ampliado), concebendo a mesma como um direito; d) fomentar a autonomia nos cuidados de saúde com práticas acessíveis e populares, fortalecendo a organização popular e defendendo as conquistas sociais; e) contribuir para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) com controle social, gestão participativa, e serviços de qualidade, garantindo a participação da classe trabalhadora dentro de um projeto popular para o Brasil.

Nesse sentido, é um desafio desenvolver um setor que responda a tantas perspectivas.

Experiência:

Para estruturar o setor de saúde, o MST – RJ, desde 2006, vem realizando um Curso de formação de agentes de saúde com uma proposta inovadora, democrática e participativa.

Para isso, contamos com a parceria da Associação Sino Brasileira de Acupuntura Moxabustão e Terapias Holísticas (ASBAMTHO), entidade com mais de 20 anos de experiência em formação e qualificação em Medicina Tradicional Chinesa.

A proposta do Curso é resgatar e preservar a sabedoria popular nos cuidados à saúde, sobretudo com o uso de plantas medicinais, e estimular a apropriação de conhecimentos técnicos de terapias tradicionais chinesas. Propõe-se também incorporar ações de prevenção e promoção de saúde, mantendo uma linha de luta pela implementação de políticas públicas efetivas.

Na proposta pedagógica do Curso, a construção compartilhada do conhecimento é elemento central, assim como a apropriação e multiplicação do saber, num caminho de fortalecimento da autonomia individual e coletiva. Os educandos da primeira turma tornaram-se os educadores da segunda turma; assim o saber construído é agora reconstruído e multiplicado democraticamente.

O Curso é organizado pela metodologia da alternância, ou seja, ocorre durante dez dias a cada dois meses, intervalo em que os educandos retornam às suas áreas e praticam / multiplicam o que foi estudado no Curso. Organizado em oito etapas (800 h), está baseado em:

- terapias tradicionais: exercícios corporais, shiatsu, moxabustão, acupuntura;
- uso de plantas medicinais e preparo de remédios e cosméticos caseiros;
- políticas públicas em saúde;
- promoção de saúde, prevenção e primeiros socorros;
- agroecologia.

A primeira turma aconteceu entre 2006 e 2008, e a segunda entre 2008 e 2010, sendo formados 20 terapeutas populares.

O Curso é completamente auto-sustentado com produtos os fitoterápicos e fitocosméticos produzidos durante o mesmo, com a participação efetiva das comunidades e doações de cestas básicas para a alimentação.

Efeitos:

O perfil epidemiológico do meio rural brasileiro aponta para a abundância de doenças infectocontagiosas provocadas pela pobreza, emergência das crônico-degenerativas e o surgimento de novas epidemias. O acesso ao SUS é restrito. Nesse contexto, destacam-se algumas questões estruturais, como: a desigualdade social, concentração da propriedade da terra, violência, modelo econômico de desenvolvimento que é agravado pela onda globalizadora na qual o Estado limita sua ação e redução de políticas públicas efetivas e profundas.

O movimento social do campo deve enfrentar tal problemática sob a perspectiva da integralidade e equidade, num contexto de luta pelas políticas públicas de Reforma Agrária e de saúde.

O Curso de Saúde do MST encontra-se dentro deste contexto de luta, e discute a origem social dos agravos e problemas.

Tradicionalmente a educação em saúde foi utilizada como um repasse vertical de informações e regras com intuito de preservar a força de trabalho, na lógica de manter o sistema e modelo econômico vigentes. A Educação Popular e Saúde constitui uma metodologia de construção do conhecimento preservando os saberes e práticas populares e fundamenta-se no respeito ao saber anterior do educando, na problematização da realidade, escuta, diálogo e parceria. Seguindo os postulados de Paulo Freire, o viver cotidiano é fonte de saber, e esse saber é preservado e resgatado sem inferiorizá-lo frente ao saber acadêmico; por isso é chamada de pedagogia libertadora.

Em nossa experiência, o saber popular presente sobretudo no uso das plantas medicinais é respeitado e incorporado permanentemente no Curso, sendo um dos eixos do mesmo.

No modelo hegemônico vigente, no qual a medicalização da sociedade é um fenômeno ascendente e preocupante todos os fenômenos e experiências humanas são reduzidos a problemas médicos e os sujeitos perdem o controle de sua autonomia.

A experiência do Curso nos permitiu discutir um conceito de saúde no qual a autonomia individual e coletiva é central para levar a vida contra as opressões.

O saber biomédico hegemônico, reforça gravemente a medicalização pois tende a reduzir todos os adoecimentos a problemas orgânicos, mediante uma prática altamente especializada, tende a fragmentar o corpo e o sujeito, perdendo a integralidade e concentra o saber e o cuidado em profissionais de saúde. O conhecimento que se fortalece no Curso é voltado para a visão integral dos sujeitos e dos mesmos dentro da sociedade. Discutimos um modelo de atenção e abordagem do sofrimento que enfoque o ser humano, ao invés de orbitar ao redor da doença. Isto requer a revisão de valores humanos, valorização da dinâmica psíquica além da biológica e participação de novos atores e agentes de cura.

A utilização de terapias tradicionais e populares difundidas no Curso, além de resolver vários problemas e agravos, constitui uma resposta à falta de acesso ao sistema formal de saúde. Por outro lado, é também uma resposta aos limites do modelo biomédico hegemônico no SUS.

Com a tomada de consciência das ameaças à vida humana provocadas pelo sistema predatório capitalista, a consciência ecológica clama por novos modelos econômicos de desenvolvimento e de vida. Nesse contexto, a apropriação de terapias naturais e preservação da biodiversidade constituem elementos centrais para a defesa da vida no planeta.

A nível mundial, as políticas de promoção de saúde (Alma Ata, Ottawa) falam em incorporar nas práticas de atenção primária saberes populares, que são de baixo custo e favorecem o fortalecimento da autonomia individual e comunitária nos cuidados de saúde, possibilitando ao usuário a escolha terapêutica preferida.

Desde os anos 80 existem lutas no país pelo reconhecimento das chamadas “terapias integrativas”, e apesar de ter sido promulgada em 2006 a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, ainda não foi observada sua efetivação, muito menos no meio rural.

Nossa experiência pretende contribuir com a melhoria das condições de vida e saúde de acampados e assentados no campo, desenvolvendo autonomia, promovendo a apropriação coletiva do saber e a democratização do mesmo. Busca-se também combater o modelo hegemônico medicalizante e promover uma efetiva participação popular para aplicação das políticas do SUS.

Desafios:

Manter o Curso de Saúde em condições de auto-sustentação, resgatando terapias populares e tradicionais; promover o autocuidado e apoio social, os quais constituem formas de resistência das comunidades e recuperação de dignidade e autonomia;

Respeitar as diversidades (idade, sexo, escolaridade, experiências, necessidades) mantendo um caráter emancipatório do conhecimento, na medida em que a população participe da apropriação do mesmo não como consumo individual e sim como respostas coletivas a demandas sociais;

Defender o direito de expressão cultural e organização local do povo, contra posturas anti-democráticas que não respeitam o conhecimento popular em saúde;

Defender os avanços tecnológicos e a necessidade de utilização de tecnologias que objetivam a justiça social, dimensionando com precisão os problemas e estimulando o uso de tecnologias acessíveis;

Incorporar e difundir práticas agroecológicas, conquistando uma alimentação saudável dentro da luta pela soberania alimentar;

Para os movimentos sociais, a luta pela Autonomia não se contrapõe com a luta pelas Políticas Públicas, ao contrário, ao resgatarmos nossos saberes, valores e tradições aumentamos nossa força e auto-estima. Assim fortalecidos e organizados, lutamos por nossos direitos.